

CABRERA, Júlio. *Diário de um filósofo no Brasil*. Unijuí, 2010

O livro de Júlio Cabrera foi concebido em três partes. Na primeira, ele examina a filosofia brasileira, em que ela consiste, quais são seus autores mais importantes, contribuições, perfil e valor. Na segunda parte, expõe as linhas gerais de uma reflexão própria sobre Lógica e Linguagem, Ética, relação entre Filosofia e Cinema, e, finalmente, na última, volta à reflexão sobre o sentido de uma filosofia brasileira. Ele conclui o trabalho com uma entrevista por meio do qual se defende de críticas que lhe poderiam ser feitas.

A evolução da sociedade ocidental provocou o surgimento de profissionais de Filosofia, lembrava nos Ortega y Gasset. No início de sua história, a Filosofia era uma atividade livre e a ela se dedicavam homens movidos pela admiração diante do cosmo ou pela consciência da perdição. O surgimento da Filosofia foi um fenômeno temporal, sua origem histórica se deu na Antiga Grécia por volta do século VI a.C. Aos poucos, esta forma de conhecimento ganhou importância na vida social e, para ensiná-la, surgiu o que Cabrera chama de profissionais da Filosofia.

Na parte inicial do livro, Cabrera examina se há no Brasil filósofos autênticos ou apenas intérpretes e comentadores que ele denomina “técnicos da filosofia” (p. 11). Para dirimir a questão, coloca-se diante da necessidade de explicar em que consiste a Filosofia. A ela responde com um conceito plural: “A Filosofia não é uma coisa única, mas muitas coisas” (p. 12). Ao pensar filosoficamente não se pode renunciar a questionar seu fundamento, pois isto faz parte do filosofar. Ele avalia que os técnicos em filosofia, que ocupam atualmente a quase totalidade dos departamentos acadêmicos de Filosofia das universidades brasileiras, não enxergam no país originalidade filosófica. Assim ocorre porque possuem uma compreensão restrita de Filosofia e adotam “definição permanente e redutiva das suas múltiplas formas” (p. 15). Para não fazer o mesmo, prefere adotar múltiplas definições. Por conta dessa abertura, ele se revolta contra a odiosa crítica que é desqualificar como sem sentido ou “como não sendo Filosofia” (p. 17) aquilo que não se enquadra num certo conceito de filosofia.

Em seguida, distingue Filosofia Brasileira no Brasil e desde o Brasil. Rejeita a ideia de Filosofia Brasileira no sentido de filosofia nacional e defende uma filosofia elaborada desde o Brasil. Afirma que ela não se consolida pela ausência de “mecanismos

informativos, institucionais e valorativos que permita visualizá-los” (p. 21). O filosofar desde o Brasil seria o resultado do esforço despendido mediante um modo de ser brasileiro que será mais bem esclarecido na terceira parte. Cabrera rejeita o argumento dos técnicos em filosofia que julgam necessário construir primeiro um time de profissionais de Filosofia antes que um pensamento original e profundo se desenvolva no país. Assevera que o que levou à reflexão foram outras coisas, a saber, “uma experiência primordial e a vontade de explicitá-la por meio da escrita e da exposição oral” (p. 25), e, completa, “a infelicidade, o desamparo, certo tipo de sensibilidade diante da desonestidade das pessoas, um grande inconformismo com maneiras falaciosas com que as pessoas raciocinavam” (p. 25). Considera que a mentalidade reinante na universidade brasileira impossibilita, por princípio, “o surgimento de filósofos desde o Brasil” (p. 28). E justifica que se ela fosse adotada rigorosamente, “o aluno Kant seria reprovado numa boa pós-graduação brasileira, pois apesar de ter feito muitas leituras de história da filosofia, esses conhecimentos sempre vêm à tona, em suas obras, num viés crítico e dentro do seu próprio projeto filosófico” (p. 29). A adoção de um amplo conceito de Filosofia permite rejeitar a tese de que nunca houve, há ou haverá filósofos brasileiros. Observa, em seguida, que o nível de profissionalização obtido pelas universidades brasileiras é importante, mas que com ele se perderam a autonomia e a liberdade reveladas por autores como Farias Brito, Tobias Barreto, Djacir Menezes, Miguel Reale, Vicente Ferreira da Silva, Vilém Flusser, entre tantos outros. Na tentativa de esclarecer como se formou a mentalidade reducionista aponta a adoção do critério estruturalista pela USP nos anos de 1960. O método desqualificou o trabalho dos filósofos brasileiros. Explica: “assumindo o método estrutural uspiano, as obras de Tobias Barreto, Farias Brito ou Mário Ferreira dos Santos simplesmente desaparecem” (p. 41). Acrescenta que muitos filósofos brasileiros da era pré-profissionalização produziram Filosofia. O estudioso que a ele se dedica vê-se prejudicado nas relações proveitosas para a política universitária e sente que tais estudos não lhe dão futuro na vida acadêmica. Mesmo os mais sérios e dedicados trabalhadores da filosofia “não pensam, nem fazem questão de terem um pensamento próprio ou de viverem uma experiência filosófica que os identifique como pensadores” (p. 49). Finalmente, observa que será preciso vencer essa circunstância para se modificar essa mentalidade quase

hegemônica. Se isso for feito, ninguém precisará deixar de ser um competente intérprete de Husserl ou Heidegger para pensar por si mesmo ou estudar Tobias Barreto. Como resultado, a História da Filosofia no Brasil deixará de ser uma disciplina marginal dos cursos de Filosofia.

Na segunda parte do livro, o autor se empenha em realizar um trabalho próprio de reflexão filosófica em três áreas: “Filosofia da lógica e da linguagem, ética negativa e relação da Filosofia com cinema” (p. 73). No primeiro terreno, propõe uma espécie de existencialismo analítico nascido de um diálogo com Nietzsche. Aí menciona a existência de uma distância entre a linguagem, as formas lógicas e o mundo. Contesta ideias gerais consagradas pela lógica como ultra generalidade e formalidade que considera de impossível efetivação. Outro aspecto que rejeita é a reconhecida inadequação da lógica para certos assuntos e a terceira posição que contesta é a exclusão das formas lexicais que “não são tão materiais e extralógicas quanto habitualmente se supõe” (p. 81). Suas contestações culminam na defesa do pluralismo lógico resultado do pluralismo das filosofias. Em seguida, faz uma síntese de seu livro *Inferências lexicais e interpretação-rede predicados*, escrito em parceria com Olavo D. D. Filho, e lembra que os princípios fundamentais de seu pensamento sobre o assunto estão em outra obra: *Filosofias da linguagem* (2003).

O segundo campo onde desenvolve reflexão própria é o da Ética. No caso defende a tese de que “a vida humana está afetada por uma fundamental desvalia” (p. 97). Ele constata que a deslealdade e a crueldade é o que caracterizam as relações humanas. Estas atitudes nascem da crença de que o outro é o culpado pelos males do mundo. Seu pensamento ético se estrutura em três eixos. O primeiro é o de que “não existe diferença entre nascer e morrer” (p. 102). Diz Cabrera que “o valor da vida humana não pode ser aceito como pressuposto inicial e aproblemático da ética” (p. 104). Parte da distinção entre morte pontual e estrutural, a primeira, referindo-se ao momento histórico da morte e, a segunda, à condição mortal de todo vivente. O segundo eixo prende-se à ideia que “a vida humana é dolorosa e antiética” (p. 109). A morte pontual é acompanhada, frequentemente, de sofrimento; então, a condição corpórea do homem inabilita a moral positiva, isto é, não justifica o valor da vida. Em resumo, o orgulho, o desamparo, a miséria e a desconsideração, típicas da condição humana destroem o reconhecimento axiológico da

vida do homem. Como o raciocínio se aplica a todos os sujeitos, ele chega ao terceiro eixo que é a inviolabilidade da vida humana, já que a vida de todos é igualmente sem valor. Esta inviolabilidade aplica-se aos próprios bandidos, cuja conduta, reprovável, não legitima o seu assassinato. Admitir matar outrem é parte da circunstância terrível que nos obriga a viver parte da vida fora da moralidade. A única moralidade “compatível com a condição humana, tal como o Existencialismo a visualizava, é algum tipo de moralidade negativa” (p. 124). Daí decorrem conclusões inusitadas: o suicídio é uma conduta ética possível bem como escolher não procriar. A segunda opção vem desta primeira “o suicídio não pode resolver nenhum problema ético que o não nascimento não pudesse radicalmente ter resolvido” (p. 125).

O terceiro campo em que desenvolve ideias próprias é o da relação entre cinema e filosofia. Afirma: “Penso que o cinema tem muitíssimo a dizer ao filósofo, inclusive muito mais do que Deleuze foi capaz de descobrir a partir de uma visão muito direcionada aos seus específicos interesses” (p. 127). O cinema enfrenta grande variedade de problemas, nos quais as abordagens universais se redefinem em soluções abertas. Ele não utiliza articulações conceituais apressadas, como faz a Filosofia. O que impede a aproximação entre cinema e Filosofia é a linguagem acadêmica da segunda.

Na terceira parte ele retoma a discussão iniciada na primeira refletindo sobre a originalidade na Filosofia. Lembra que René Descartes repete o argumento agostiniano sem deixar de ser tido como pensador original. Lembrar o caso Descartes é importante para legitimar a reflexão dos filósofos latino-americanos acusados frequentemente de plágio. Ele lembra que Gilson justifica a originalidade de Descartes com quatro pontos: 1 – o que ele quer dizer com as mesmas palavras é algo diferente do que Agostinho afirmara; 2 – pensadores distintos podem concluir coisas parecidas por conta da objetividade do problema; 3 – a referência é proposital: usar a autoridade reconhecida do filósofo mencionado; 4 – o autor repete a ideia, porém, desenvolve-a melhor que o primeiro. Cabrera concorda apenas com o 1º e o 4º argumentos, e os usa para defender a originalidade dos autores brasileiros. Adicionalmente, lembra que é muito difícil repetir literalmente em Filosofia, porque cada autor, ao pensar, insere aspectos de sua própria reflexão. O caso de Descartes mostra que “alguém pode ser reconhecido como grande

pensador mesmo que tenha repetido autores anteriores” (p. 146). É o que conclui sobre Farias Brito, considerando-o “um filósofo original (na mesma linha que inocentara Descartes)” (p. 147).

Outro problema a ser superado pela Filosofia brasileira é a avaliação da herança lusitana vinda de análises como a de Sérgio Buarque de Holanda. Explica Cabrera: “As características lusitanas do brasileiro não são algo que o impeça de fazer Filosofia, mas algo que deveria levar a fazer Filosofia com essas características” (p. 150). Considera mais equilibrada a posição de Flusser. Em *Fenomenologia do Brasileiro*, Flusser considera que a cultura ocidental revela ódio pela natureza e que o brasileiro, por não se integrar perfeitamente a ela, possui elementos para superar o que o europeu não consegue. Diz: “Flusser vê uma esperança ainda para o mundo, para aquele mundo supercivilizado e progressista que deu duas guerras mundiais e perseguições ideológicas de dimensões nunca vistas” (p. 156). O ato de filosofar do brasileiro poderá usar com proveito o conceito oswaldiano de antropofagia no sentido que comer algo significa apropriar-se apenas de parte do ingerido. É esta atitude inovadora de receber, incorporar e excretar elementos da tradição filosófica o caminho a ser seguido pelos brasileiros.

O livro de Júlio Cabrera chama atenção para uma questão crucial: a especialização obtida no pensamento de um autor não desobriga o professor de filosofia de pensar por si mesmo. É o que também defendeu Delfim Santos, em Portugal, num ambiente parecido. Nesse ponto é preciso dar-lhe razão. É fundamental pensar por conta própria, pois não fazê-lo é já um ato filosófico. No desenvolvimento desta idéia, o autor revela, assim nos parece, uma compreensão inadequada do que seja a originalidade da filosofia brasileira. Ele tem razão quando diz que filosofia brasileira não é uma forma de tratar filosoficamente problemas brasileiros perdendo o sentido de universalidade. O que ele denomina de filosofia brasileira parece ser apenas certa tradição na abordagem dos temas universais da filosofia. Considero resolvida a questão da originalidade da filosofia brasileira com as considerações de Miguel Reale e Antônio Paim. A filosofia brasileira, com suas características, é parte da tradição filosófica ocidental. Esta tradição brasileira privilegia alguns problemas e espera construir para eles uma solução universal. Enfim, o que importa é desenvolver reflexão própria que, de acordo com Cabrera, significa fazer filosofia desde o

Brasil. Como ele reconhece significado filosófico aos pensamentos de Tobias Barreto, Farias Brito, Djacir Menezes, Miguel Reale, pode-se auferir, daí, a existência de uma escola culturalista brasileira. Se esta lacuna de sua análise fica a merecer aprofundamento, sua observação isenta, honesta e perspicaz explica porque não floresce no país um estudo sistemático da filosofia brasileira. No que se refere ao fundamento da sua ética negativa parece-nos que o problema principal é o entendimento de como surgem os valores. De fato, o valor não aparece naturalmente do ato de viver, mas a sociedade ocidental reconheceu o valor da vida como incondicional porque entendeu que há razões plausíveis para identificá-lo como uma espécie de exigência absoluta da vida humana. Por conta disto, Miguel Reale considera a pessoa humana o invariante axiológico à volta do qual é possível pensar e justificar outros valores, e, sem o qual, não há como admiti-los.

Avalie-se como quiser a obra, ela merece ser lida e meditada, quer pelos esclarecimentos que traz para a filosofia brasileira, quer pelo esforço que faz para pensar problemas filosóficos da maior importância.

Prof. Dr. José Mauricio de Carvalho
(UFSJ – São João del – Rei–MG - Brasil)
mauricio@ufs.edu.br

Data de apresentação: 10/12/2010
Data de aceite: 24/01/2011